

Reforma. Presidente da Câmara, Marco Maia (PT) afirmou que a reforma política não é "a maior prioridade do Parlamento". Ele é candidato à reeleição com apoio da presidente Dilma.



POLÍTICA

www.twitter.com/gazetapolitica

www.agazeta.com.br/politica

Social. O plano, que deve ser lançado em março, terá metas, cronograma e prestação de contas anual

Um PAC contra a miséria

Governo Dilma forma comitê gestor para erradicar pobreza; programa será gerido por oito ministérios

BRASÍLIA

■ O Programa de Erradicação da Pobreza Extrema será o primeiro "PAC" do governo Dilma. O plano, que deverá ser lançado em março, terá metas, cronograma e prestação de contas anual, além de um comitê gestor específico e o foco em três frentes: inclusão produtiva, ampliação da rede de serviços e da rede de benefícios de programas como o Bolsa-Família.

"Teremos um modelo de gestão como o PAC, com metas claras, condições claras de monitoramento, prestação de contas anual e um comitê gestor organizado a partir do centro do governo", explicou a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, depois da primeira reunião da área social com a presidente Dilma Rousseff.

Uma secretária-executiva já foi escolhida para tocar o programa: a pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Ana Fonseca, responsável pela formação do Bolsa-Família.

O plano de erradicação da miséria é uma das promessas de campanha de Dilma Rousseff e foi tema do seu discurso de posse. É o primeiro programa próprio do seu governo, não herdado de Lula, a come-



PLANEJAMENTO. Dilma orientou seus ministros a não divulgarem nada do modelo do programa até que tenham metas definidas

“Queremos apresentar o programa com metas objetivas para que vocês possam nos cobrar”

TEREZA CAMPELLO

De olho nas contas, Dilma limita gastos dos ministérios

Decreto limitou em R\$ 2,9 bilhões mensais

avos, enquanto o Orçamento não for sancionado, mas a auto-

Se mantiver o propósito de fazer um corte robusto nos

Governo só investiu 26% do previsto em 2010

■ Um levantamento realizado no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) pelo site Contas Abertas, mostrou que até 25 de dezembro foram executados apenas 26% do total de investimentos aprovados pelo Congresso para o Orçamento de 2010. De R\$ 69,5 bilhões de investimentos aprovados, só R\$ 18,4 bilhões foram efetivamente concluídos e pagos.

Lobão deve representar PMDB

■ O ministro das Minas e Energia, Edison Lobão (PMDB), deverá ser o representante do PMDB nas reuniões de coordenação política comandadas pela presidente Dilma Rousseff. Na condição de "sócios da vitória", os peemedebistas reivindicam uma divisão mais igualitária do poder com o PT.

Além de ter bom trânsito com a presidente, Lobão é um nome que une o PMDB e deverá aglutinar os demais partidos aliados. A cúpula do PMDB s-

Governo Dilma forma comitê gestor para erradicar pobreza; programa será gerido por oito ministérios

BRASÍLIA

■ O Programa de Erradicação da Pobreza Extrema será o primeiro "PAC" do governo Dilma. O plano, que deverá ser lançado em março, terá metas, cronograma e prestação de contas anual, além de um comitê gestor específico e o foco em três frentes: inclusão produtiva, ampliação da rede de serviços e da rede de benefícios de programas como o Bolsa-Família.

"Teremos um modelo de gestão como o PAC, com metas claras, condições claras de monitoramento, prestação de contas anual e um comitê gestor organizado a partir do centro do governo", explicou a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, depois da primeira reunião da área social com a presidente Dilma Rousseff.

Uma secretária-executiva já foi escolhida para tocar o programa: a pesquisadora da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Ana Fonseca, responsável pela formatação do Bolsa-Família.

O plano de erradicação da miséria é uma das promessas de campanha de Dilma Rousseff e foi tema do seu discurso de posse. É o primeiro programa próprio do seu governo, não herdado de Lula, a começar a sair do papel.

POUCOS DETALHES

Ontem Dilma orientou seus ministros a não divulgar nada do modelo do programa até que tenham metas definidas. "Vamos organizar essas metas e o desenho geral do programa. Queremos apresentar o programa com metas objetivas para que vocês possam nos cobrar", disse a ministra.

O planejamento iniciou ainda durante o processo de transição, logo após a confirmação da eleição de Dilma. A primeira reunião aconteceu em novembro, mas o programa deve reunir iniciativas que já estavam sendo estudadas pelo MDS no governo Lula.



PLANEJAMENTO. Dilma orientou seus ministros a não divulgarem nada do modelo do programa até que tenham metas definidas

“Queremos apresentar o programa com metas objetivas para que vocês possam nos cobrar”

TEREZA CAMPELLO
MINISTRA DO
DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O primeiro problema que o governo precisa resolver é estabelecer a linha que define quem são os miseráveis brasileiros para então descobrir quantas pessoas precisará atender.

Hoje o Ministério do Desenvolvimento Social trabalha com uma renda de R\$ 140 por pessoa para inclusão no programa Bolsa-Família, mas o próprio governo admite que uma parcela da população realmente miserável não consegue nem mesmo ser cadastrada para participar do programa.

De olho nas contas, Dilma limita gastos dos ministérios

Decreto limitou em R\$ 2,9 bilhões mensais a contratação de despesas até sanção do Orçamento 2011

■ O governo emitiu ontem a primeira sinalização concreta de austeridade na execução do Orçamento de 2011, embora a medida tenha efeito pequeno nas contas públicas. Decreto publicado no Diário Oficial limitou em R\$ 2,9 bilhões mensais a contratação de despesas dos ministérios até a sanção da lei orçamentária, que deve ocorrer até fevereiro.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) prevê que os órgãos poderão contratar despesas mensais até o limite de um doze

avos, enquanto o Orçamento não for sancionado, mas a autorização do governo, hoje, reduziu em um terço este limite.

Segundo o Ministério do Planejamento, o limite mensal autorizado corresponde a um dezoito avos da despesa anual. O decreto reproduz o que determina o artigo 68 da LDO para o tipo de despesa que pode ser contratada neste período que antecede a sanção da lei. Apenas os gastos obrigatórios, como pessoal e benefícios previdenciários, e algumas despesas de custeio consideradas inadiáveis estão liberadas.

Logo que o Orçamento for sancionado pela presidente Dilma Rousseff, o governo deve anunciar um bloqueio preventivo nas despesas de 2011.

Se mantiver o propósito de fazer um corte robusto nos gastos, acima de R\$ 30 bilhões, como sinaliza nos bastidores, o governo terá que sacrificar investimentos.

As despesas de custeio ocupam a maior fatia do Orçamento, mas apenas uma pequena parcela, de cerca de R\$ 56,4 bilhões, é passível de corte. No Orçamento aprovado pelo Congresso, as despesas discricionárias (que podem ser cortadas) chegam a R\$ 220,4 bilhões, mas na realidade esse montante é muito menor.

Precisam ser retiradas dessa conta as despesas de custeio com saúde, educação e o Bolsa Família, que, na prática, são obrigatórias e somam R\$ 100 bilhões.

Governo só investiu 26% do previsto em 2010

■ Um levantamento realizado no Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) pelo site Contas Abertas, mostrou que até 25 de dezembro foram executados apenas 26% do total de investimentos aprovados pelo Congresso para o Orçamento de 2010. De R\$ 69,5 bilhões de investimentos aprovados, só R\$ 18,4 bilhões foram efetivamente concluídos e pagos.

Lobão deve representar PMDB

■ O ministro das Minas e Energia, Edison Lobão (PMDB), deverá ser o representante do PMDB nas reuniões de coordenação política comandadas pela presidente Dilma Rousseff. Na condição de "sócios da vitória", os peemedebistas reivindicam uma divisão mais igualitária do poder com o PT.

Além de ter bom trânsito com a presidente, Lobão é um nome que une o PMDB e deverá aglutinar os demais partidos aliados. A cúpula do PMDB se sentiu alijada do núcleo de poder do Palácio do Planalto depois da primeira reunião da coordenação política do novo governo. Ao redor da mesa, seis ministros do PT reunidos com Dilma Rousseff.

A exceção foi o vice-presidente Michel Temer, presidente licenciado do PMDB. Os aliados alegam que a coordenação política tem de ter representação dos principais partidos e não só do PT. A ideia é que a próxima reunião de coordenação política, que deverá ocorrer na segunda-feira, dia 10, os aliados já contem com um representante seu no encontro.